

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NEUSA DA SILVA DUARTE

RECONHECIMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA  
NEGRA/AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO DE FERRARIA,  
MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

CURITIBA

2015

NEUSA DA SILVA DUARTE

RECONHECIMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA  
NEGRA/AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO DE FERRARIA,  
MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

Monografia apresentada para obtenção do título de Educação das Relações Étnico-Raciais no Curso de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais, no NEAD (Núcleo de Educação a Distância) da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Rosa Amália Espejo Trigo.

CURITIBA

2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

NEUSA DA SILVA DUARTE

RECONHECIMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA  
NEGRA/AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO DE FERRARIA,  
MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção de título de Educação das Relações Étnico-Raciais no Curso de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais, No NEAD (Núcleo de Educação a Distância) da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Profª Dra. Rosa Amália Espejo Trigo  
Orientadora – NEAB/Setor de Educação – UFPR

---

Profª Dra. Débora Oyayomi Araújo

Curitiba, 19 de setembro de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades, e pela oportunidade de em 2014 ser mãe de um lindo menino, Jefferson José.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a janela onde hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Rosa Amália Espejo Trigo, pelo suporte, no pouco tempo que lhe coube, e pelas suas correções e incentivos.

À minha mãe Dorca, e ao meu esposo Jefferson, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu Muito Obrigado!

“Nós não somos o que gostaríamos de ser.  
Nós não somos o que ainda iremos ser.  
Mas, graças a Deus, não somos mais quem  
nós éramos”.

(Martin Luther King)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir com a escola Municipal de ensino fundamental do bairro de Ferraria, da rede Municipal de Campo Largo, no processo de refletir e superar discriminações e preconceitos nas relações étnico-raciais. Desenvolveu-se um estudo considerando a escola e as relações étnico-raciais com base na implementação da Lei nº 10.639/03, a qual torna obrigatório, na Rede de Ensino, trabalhar em sala de aula as questões étnico-raciais com a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e o respeito e valorização da sociedade em relação ao negro, sua cultura e sua história. Nesse intuito, o trabalho considerou o resgate histórico e teórico da realidade da população negra a partir da escravidão, até chegar à condição das crianças negras em seu processo de socialização, realizado pela família e na escola. Nesse recorte foram definidos conceitos importantes como racismo, discriminação e preconceito. Metodologicamente promoveu-se espaços de reflexão com uma palestra para a comunidade escolar, realizou-se atividades relacionadas a questões étnico-raciais e foram entrevistados professores e alunos nos temas relacionados. Na decorrência foram analisadas as entrevistas e as atividades realizadas para a superação dos processos discriminatórios na escola. O trabalho realizado mostrou que os processos de trabalhar as relações étnico-raciais promovem reflexões, transformações e maior atenção em processos discriminatórios das crianças negras no ambiente escolar. Entretanto, foi possível verificar que práticas discriminatórias existem e são camufladas na fundamentação da ideologia da “democracia racial”. Isso traz a necessidade de perseverar com as atividades formativas propostas, de maneira a ir avançando na superação do preconceito enraizado nos espaços da escola.

Palavras-chave: Cultura negra/afro-brasileira. Ensino fundamental. Educação.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo contribuir con la Escuela Municipal de enseñanza fundamental del Barrio de Ferrara de la red Municipal de Campo Largo, en el proceso de reflexionar y superar discriminaciones y prejuicios en las relaciones étnico-raciales. Se desarrollo un estudio de la escuela y las relaciones étnico-raciales, en base a la implementación de la Ley 10.639/03, que torno obligatorio en la Red de Enseñanza trabajar en sala de clases los procesos étnico-raciales con la temática de la Historia e Cultura Afro-Brasileira y el respeto y la valorización de la sociedad en relación al negro, su cultura y su historia. En este propósito el trabajo considero hacer un rescate histórico y teórico de la realidad de la población negra partiendo desde la esclavitud hasta llegar a las condiciones de los niños negros en su proceso de socialización por la familia y la escuela. En ese recorte fueron definidos conceptos importantes como racismo, discriminación y prejuicio. Metodológicamente se promovieron espacios de reflexión con una palestra ofrecida para la comunidad escolar, se realizaron actividades relacionadas a procesos étnico-raciales y se entrevistaron profesores y alumnos en los temas relacionados. Seguidamente fueron analizadas las entrevistas y las actividades realizadas para la superación de los procesos de discriminación racial en la escuela. El trabajo demostró que los procesos de trabajar las relaciones étnico-raciales promueven reflexiones, mudanzas y mayor atención en procesos discriminatorios de los niños negros en el ambiente escolar. Sin embargo fue posible verificar que aun existen prácticas discriminatorias que son camufladas, fundamentándose en la ideología de la “democracia racial”. Eso levanta la necesidad de persistir con las actividades formativas propuestas, de manera a ir avanzando en la superación de los prejuicios arraigados en los espacios de la escuela.

Palabras clave: Cultura negro/afro-brasileña. Enseñanza fundamental. Educación.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 SUBSÍDIOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS: UMA LEITURA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b> .....	12
2.1 DA ESCRAVIDÃO AOS DIAS ATUAIS: A PERSISTENTE DISCRIMINAÇÃO.	12
2.2 RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....	16
2.3 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR... ..	17
2.4 A SOCIALIZAÇÃO NA FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE .....	19
2.5 LEIS, PARECERES, RESOLUÇÕES E PARÂMETROS CURRICULARES.....	21
<b>3 O LUGAR PESQUISADO</b> .....	24
3.1 DESCRIÇÕES DO MUNICÍPIO DO CAMPO LARGO .....	24
3.2 A ESCOLA MUNICIPAL DONA FINA, UM ESPAÇO PARA O ESTUDO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	24
3.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS NA UNIDADE ESCOLAR PESQUISADA.....	26
<b>4 METODOLOGIAS DO TRABALHO: PLANEJAMENTO E DESCRIÇÃO</b> .....	28
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS DOS PROFESSORES E ALUNOS</b> .....	30
5.1 OS PROFESSORES E A EQUIPE PEDAGÓGICA.....	30
5.2 OS ALUNOS.....	33
5.2.1 Análise das atividades desenvolvidas com o 5º ano.....	34
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	38
<b>APÊNDICES</b> .....	42
APÊNDICE I - PERGUNTAS PARA OS PROFESSORES E EQUIPE PEDAGÓGICA.....	42
APÊNDICE II - PERGUNTAS PARA OS ALUNOS .....	43
APÊNDICE III - PALAVRAS TRABALHADAS COM A TURMA DO 5º ANO.....	44
APÊNDICE IV – IMAGENS DO CURSO REALIZADO.....	46

## 1 INTRODUÇÃO

“Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele”.

(Martin Luther King)

O tema abordado neste trabalho tem relação com o reconhecimento e valorização da cultura Negra/Afro-brasileira na Escola Municipal Dona Fina, no bairro de Ferraria, Município de Campo Largo<sup>1</sup>. A proposta efetivou-se através de um estudo da realidade na escola mencionada e orientou-se para contribuir na formação dos docentes e alunos na questão étnico-racial no ambiente escolar.

Na história da sociedade brasileira se inscreve a população negra raptada desde seus lugares de origem para ser escravizada e despossuída de toda condição de humanidade. O lastre dessa condição ainda permanece e se manifesta nos diferentes espaços da sociedade, inferiorizando e discriminando negros e negras na desvalorização de sua cultura, sua história e sua inserção ativa no desenvolvimento deste país.

A repercussão dessa realidade acontece nos espaços da escola de forma velada, naturalizando-se as manifestações de racismo, preconceito e discriminação e estabelecendo-se formas de relação étnico-racial que precisam ser refletidas e modificadas.

Pela minha experiência como professora, e pela minha atuação em uma Escola da Rede Municipal de Campo Largo, foi possível perceber que havia poucas reflexões que envolviam o preconceito, racismo e a discriminação racial, vários estereótipos em relação à população afrodescendente e pouco conhecimento sobre a história e as leis existentes referentes às questões raciais. Temáticas pertinentes a estas questões pouco entravam em destaque nas discussões em sala de aula e até mesmo nas discussões das reuniões pedagógicas. Também era possível observar que não se destacava, na proposta pedagógica da escola, as relações étnico-raciais orientadas a promover as culturas afrodescendentes ou indígenas, prevalecendo o

---

<sup>1</sup> O município de Campo Largo foi desmembrado de Curitiba na década de 1870. Hoje, Campo Largo, além dos distritos de Bateias, possui os bairros de Três Córregos, São Silvestre e Ferraria. O bairro de Ferraria possui três vilas, Vila Torres, Vila Dona Fina e Vila Gilce, formadas por loteamentos e residências.

privilégio do eurocentrismo na valorização da cultura europeia, acentuado pelo fato da escola estar localizada numa região de colônias de italianos e poloneses.

Ainda, ao analisar a realidade escolar do local em estudo, pode-se observar que a maior parte dos discentes matriculados é de origem afrodescendente, conforme levantamento de dados feito pelo fenótipo dos alunos. Porém, a maior parte se autodeclara como brancos, uma parte menor se autodeclara pardos e pretos e um número expressivo de alunos não se autodeclaram.

Observa-se que um número expressivo de alunos que compartilha o mesmo espaço escolar são afrodescendentes, e pode-se deduzir que muitos deles precisam de elementos que valorizem sua condição étnico-racial. Isso se agrava pelo poucos recursos de intervenção da escola e dos professores relacionados a fortalecer a cultura afro-brasileira, o que torna os alunos pardos e pretos alvos de discriminação racial, advinda dos demais educandos.

Em relação aos educadores, já houve um momento em que se permitiam perpassar pela sala de aula, assuntos e práticas pedagógicas com ideologias racistas. Algumas dessas atitudes prevalecem até o dia de hoje e são presentes na escola pesquisada, o que suscita a necessidade de considerar que as práticas educativas precisam ser refletidas e modificadas.

Estas inquietações, que perpassam a realidade de muitos espaços escolares, foram consideradas na Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas no currículo oficial da educação básica.

Considerando que a escola já deveria ter incluído na proposta pedagógica os estudos de valores culturais e históricos da cultura afro-brasileira, em conformidade com a Lei nº 10.639/03, cabe-se perguntar: como os professores da escola em questão consideram as relações étnico-raciais, e de que forma pode-se atuar contra o preconceito racial no espaço escolar e pela promoção da igualdade racial?

Estas indagações levam a propor formas de trabalho que valorizem a diversidade étnica no âmbito escolar e/ou sociedade, tendo como embasamentos a Constituição Federal de 1988 no *caput* do artigo 5, que diz: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, a Lei nº 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 3.198/00, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras

providências, a Lei nº 11.645/08, que vai considerar os indígenas, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, V.10, que trazem a Pluralidade Cultural como um Tema Transversal. Percebe-se, então, a necessidade da formulação de novas estratégias sobre as diferentes culturas, trabalhando a diversidade, considerando todos como seres humanos com possibilidades de compartilharem saberes, sem hierarquização de raças e culturas, sendo necessário resgatar e valorizar a cultura dos afrodescendentes e apresentá-la como contribuição para a identidade étnico-racial. Além da valorização é também necessário dar visibilidade às origens, cultura, religião e à autoestima do negro. Dar identidade não apenas na cultura, mas também no âmbito sócio-político e histórico.

Nesse sentido, entende-se que a temática étnico-racial pode ser vinculada à concepção de educação para libertação. Portanto, é necessário destacar que esse tema deixa os profissionais da área da educação inquietos. Trata-se principalmente de uma temática que aborda questões atuais que emergem de um contexto político-social e histórico, que vem acontecendo diariamente na mídia e nas práticas cotidianas do dia a dia escolar.

Assim, defende-se que a escola seja uma instituição passível de trabalhar tais questões, reconhecendo a existência da discriminação, racismo e do preconceito racial para a sua superação. Convocar os educadores a desenvolverem estudos, conteúdos e novas metodologias para transpor atitudes racistas e preconceituosas em relação a determinados grupos sociais, sobretudo aos afrodescendentes, resgatando novas visões sobre a temática para a inserção satisfatória de todos na sociedade. Segundo Munanga (2008, p.17):

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas [...]. No entanto, cremos que a Educação é capaz de dar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados [...] não temos dúvidas que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

Sendo assim, faz-se necessário buscar práticas educativas que desmistifiquem tais mitos, que possibilitem à escola oferecer uma educação como

ato de liberdade em um processo educativo de qualidade, e que busque ser, como destaca Freire (2005, p.42-43):

[...] uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados, nem dos favorecidos. Isto, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas social e histórica [...]. Educação e qualidade são sempre uma questão política.

Pensar politicamente sobre qualidade em educação significa questionar o currículo formal e o currículo praticado, formação e atuação do educador e educando que, muitas vezes, podem produzir e reforçar relações dominantes que inferioriza o outro. Buscar soluções para essas questões não é trabalho apenas em favor dos alunos afrodescendentes, mas um trabalho em favor de todos, garantindo o exercício do respeito e valorização das diferenças.

Assim, buscando avançar no processo da superação de práticas de racismo, preconceito e discriminação na escola, este trabalho tem como objetivo contribuir com a escola Municipal Dona Fina do bairro de Ferraria, da rede municipal de Campo Largo, no processo de refletir, analisar e promover mudanças nas relações étnico-raciais. A problemática desse estudo pauta-se em como esta escola, situada no município de Campo Largo, trabalha a diversidade étnico-racial, no que se refere aos discentes afrodescendentes, considerando que os mesmos correspondem a uma boa parte dos alunos matriculados.

Para tanto, inicia-se este trabalho com o primeiro capítulo apresentando um rápido recorrido, desde a escravidão até as formas veladas de racismo que se inscrevem na história do Brasil. Define-se racismo, preconceito e discriminação, passando na sequência a referir-se às relações étnico-raciais na escola, à importância da socialização dos alunos na família, escola e sociedade. Para concluir este capítulo, aborda-se as leis, pareceres, resoluções e diretrizes dos Parâmetros Curriculares que contribuem para a superação do racismo no âmbito escolar no Brasil. No capítulo seguinte se faz uma descrição do lugar pesquisado e define-se as delimitações da metodologia de trabalho. Com base nos dados coletados e leituras realizadas, apresenta-se uma análise considerando professores e alunos para, após, nas Considerações Finais, apontar-se a necessidade de reflexões e práticas conducentes à educação das relações étnico-raciais.

## 2 SUBSÍDIOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS: LEITURA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

### 2.1 DA ESCRAVIDÃO AOS DIAS ATUAIS: A PERSISTENTE DISCRIMINAÇÃO

A chegada dos negros no Brasil se deu por volta do século XVI. Os negros eram obrigados a trabalharem nas propriedades rurais. A ocupação do território brasileiro se deu por meio da produção do açúcar, e estabeleceu-se aqui a cultura da cana-de-açúcar, uma produção em larga escala para abastecer o mercado europeu. Essa agricultura extensiva exigia exploração de mão de obra numerosa e barata. Também foram traficados negros para o trabalho da mineração e para a economia cafeeira. As altas e baixas da economia promoveram um fluxo de venda de escravos que foram sendo alocados nas diversas tarefas, fazendo deste país, segundo Fonseca (2009), uma colônia de povoamento, cobrindo todos os rincões deste solo com suas mãos, seus pés e sua capacidade de trabalho.

O comércio de escravos abrangeu uma parte importante da população que exercia as tarefas mais pesadas e de posição social mais baixa. Inicialmente o índio foi usado como escravo, mas aos poucos a escravidão africana foi se ampliando com o tráfico negreiro. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão africana, em 1888. Atingir envolver

No entanto, de acordo com Jaccoud (2008), esse acontecimento não significou mudanças na vida das pessoas negras. Inclusive, elas passaram a viver às vezes de forma até mais precária, posto que o negro foi abandonado à sua sorte, sem ter condições de empregabilidade nem de vida digna. Embora, nesse período, junto com a abolição, se estabelecia as condições do nascimento da República com as ideias de igualdade e cidadania, cimentou-se também uma ideologia racista que possibilitou a naturalização das desigualdades raciais e acentuou os mecanismos discriminatórios, fortalecendo a promoção da imigração europeia.

A ideia de uma hierarquia social deu passo à perspectiva da miscigenação, que possibilitaria a predominância da raça branca. Assim, a tese do branqueamento assume vigor como projeto nacional, projetando-se para o progressivo desaparecimento do negro e desenvolvendo-se como um pensamento predominante

nas décadas de 1920 a 1930. Já nos períodos de 1930 esse discurso racista foi-se modificando para dar passo a um pensamento racial que valorizava a mestiçagem, postulando como valor nacional a condição do povo brasileiro de conviver harmonicamente com as diferenças raciais. O processo das relações raciais no Brasil foi derivando para o que se denominou “democracia racial”, na promoção da miscigenação, definindo o Brasil como um dos países que garante um tratamento igualitário a todos. Porém, na prática o que se observa é o contrário (JACCOUD, 2008).

A ideologia de uma “democracia racial” é tida no país como motivo de orgulho. No entanto, o que existe é uma fachada que não mostra a realidade que se revela nos dados sócio-demográficos referentes à população negra. Como descreve Moura (1994, p.160):

O racismo brasileiro [...] na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos. [...] não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com a concentração fundiária e de rendas maior do mundo [...], um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem trinta milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial.

O que vai predominando na sociedade são práticas de racismo camufladas. Também muitas atitudes preconceituosas permanecem internalizadas nas consciências de muitos indivíduos e só se manifestam muito sutilmente. Mesmo existindo uma lei que proíbe os atos discriminatórios em função do tom de pele, a discriminação continua presente, o que fica evidente nas dificuldades que as pessoas negras têm enfrentado no mercado de trabalho, a força bruta que alguns policiais usam para discriminar e agredir a população negra e pobre.

Apesar de grande parcela da população ser de origem negra, devido ao contexto histórico brasileiro, não é incomum encontrar-se pessoas negras sendo vítimas do preconceito racial e de comentários que as ridicularizam, muitas vezes fazendo parte do cotidiano e sendo vistas como algo “comum e/ou natural”.

Assim, pode-se dizer que, na história do Brasil, discriminação, racismo e preconceito fazem parte do dia a dia da população negra desde o tempo da escravidão, refletindo ainda mais na vida de crianças negras desprivilegiadas social

e economicamente.

Considerando que a abolição da escravidão negra terminou há 127 anos, é lamentável evidenciar que ainda hoje não existem condições de igualdade que respeitem as diferenças e as diversas culturas que constituem o povo brasileiro. De acordo com pesquisas efetuadas, o distanciamento da condição educacional entre a população branca e a população negra ainda é muito significativa.

...a chance de se encontrar um branco nascido em 1980 que em 2003 tinha concluído um curso superior era cinco vezes maior que a de se encontrar um negro. A conclusão do ensino médio configura-se como uma barreira óbvia para os negros: enquanto mais da metade dos brancos a ultrapassa, apenas 33% dos negros conseguem fazê-lo (OSÓRIO; SOARES, 2005, p.33).

Percebe-se que, em termos de educação, a realidade não é diferente. Percorrendo a história da sociedade brasileira encontra-se indícios da discriminação racial, no período colonial, tendo-se suscrito em 1854 o decreto nº 1.331, que legitimou a não admissão de escravos nas escolas públicas. Mais adiante, em 1878, o decreto nº 7.031-A determinou que os negros só poderiam estudar à noite e ainda assim, vários mecanismos foram desenvolvidos a fim de dificultar tal oportunidade de educação. Estabelecia-se, desde então, um divisor étnico-racial que se enraizou nos sistemas escolares, estendendo-se para toda a sociedade brasileira. Muitos anos depois busca-se alterar este quadro, a partir do mesmo veículo, a Educação. Porém, infelizmente, pode-se afirmar que o processo de desqualificação de um sistema tão arraigado de preconceitos e de segregação implicam uma luta difícil.

Quando relemos as críticas lançadas à atual situação educacional dos negros brasileiros, encontramos dois eixos sobre os quais elas foram estruturadas: exclusão e abandono. Tanto uma quanto o outro têm origem longínqua em nossa história (GONÇALVES; SILVA, 2000).

O ato de inferiorizar um em detrimento de outro sempre esteve presente nas relações étnico-raciais. Para Borges (2002), o fato é que a sociedade brasileira encontra-se marcada pela exclusão social e pela discriminação racial. Essa situação reflete a existência e um racismo efetivo, com repercussões negativas na vida cotidiana da população negra, principalmente quando cidadania é o tema em questão.

As desigualdades sofridas pelos africanos até hoje geram injustiça social e educacional para a população negra, fundadas em preconceitos e discriminação

com a manutenção de desprestígios e sofrimento.

Em contraposição a essas estruturas ideológicas-sociais, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), se promove a reeducação das relações étnico-raciais no Brasil.

É preciso compreender que o sucesso de uns não pode ter o preço da marginalização e da desigualdade imposta a outros, o que leva à necessidade de pensar qual é a sociedade que se quer construir. Ainda pelas Diretrizes (2004), a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido recomenda-se, no âmbito pedagógico, nas Diretrizes Curriculares:

Pedagogia de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (BRASIL, DIRETRIZES..., 2004).

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica. O processo histórico inseriu três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana, sendo que a globalização tem intensificado essas relações sociais entre os indivíduos, causando a imprecisão de que, ao mesmo tempo em que demonstra o desenvolvimento da economia e tecnologia, aumentam também as diferenças já existentes, especialmente entre ricos e pobres, brancos e negros.

Há a necessidade de se pensar como as escolas estão encaminhando as questões raciais na realidade multirracial brasileira, em nome do respeito devido àqueles que são diferentes, e que não estão dentro dos “padrões” estabelecidos pela sociedade, que os marginaliza e exclui.

Então, cabem mudanças de postura e de atitude dentro do espaço escolar, não tendo medo de trabalhar os conflitos raciais que vierem a acontecer, de maneira a possibilitar aos alunos, tanto negros como brancos, terem seu espaço de vivência e socialização. Considerando que este é um tema atual e de extrema importância, segue-se o percurso de contribuir com o trabalho da escola do bairro da Ferraria, na questão étnico-racial no ambiente escolar.

## 2.2 RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Para se compreender e proceder à análise da pesquisa é importante fazer a distinção dos conceitos de racismo, preconceito e discriminação racial como sendo fatores que se realizam no processo da construção da desigualdade racial. Conforme Jaccoud e Beghin (2002, p.38):

O racismo é considerado uma ideologia que apregoa a existência de hierarquia entre grupos raciais. Isto é, acredita-se que os brancos sejam superiores aos negros em razão de suas diferenças fenotípicas. O racismo surgiu e se consolidou entre os seres humanos gradativamente. Transmitido por meio de gerações, o racismo entranhou-se em nossa sociedade e reflete em nossas relações sociais.

O racismo fundamenta a discriminação racial que é uma ação, uma manifestação de comportamento, ato que prejudica determinada pessoa ou um grupo em razão da sua raça/cor (BEGHIN; JACCOUD, 2002). Impedir uma pessoa negra de ocupar uma posição de destaque no mercado de trabalho por motivos injustificáveis é um exemplo de discriminação racial. Nessa perspectiva, pode-se dizer que:

A discriminação tem o sentido de separar, distinguir, estabelecer diferenças e segregar. Traduz-se em ações negativas concretas, em práticas individuais e institucionais que violam os direitos sociais e humanos e a igualdade de tratamento, com base em critérios pré-estabelecidos, de forma singela ou não (GONÇALVES, 2007, p.32).

Segundo Nogueira (2007), o preconceito racial no Brasil é de marca, ou seja, baseia-se na cor da pele, na aparência, nos traços fisionômicos das pessoas. O preconceito racial constitui-se em um grave problema que percorre o processo histórico da formação do Brasil e ainda existe nos dias atuais. Está presente em toda a sociedade e, conseqüentemente, no espaço educativo, no qual se efetiva na posição que o aluno negro tem na sala de aula diante dos professores e seus colegas. No entanto, o que hoje se realiza não é mais um preconceito aberto. Ao perguntar-se a alguém se é preconceituoso, de imediato a resposta é negativa, uma vez que a maioria das pessoas afirma não ter nenhuma espécie de preconceito. O tratamento diferenciado e as formas de expressões direcionadas ao negro aparecem como “disfarçadas”, o que torna mais difícil seu enfrentamento.

Por esses e outros motivos é importante fazer uma reflexão em relação ao preconceito existente no espaço educativo e se ele compromete a autoestima do aluno, influenciando no processo de construção do conhecimento dos estudantes, principalmente nos anos iniciais de escolarização.

Esse preconceito tem sua raiz no racismo que é uma herança do processo da escravidão, justificando a exploração dos colonizadores sobre os colonizados. Existe uma relação entre racismo e a escravidão, baseada na articulação de interesses econômicos e sociais da população branca e europeia que resultava em poder e superioridade, impondo uma hierarquização racial que se justificava na exploração dos negros e indígenas.

Trata-se do preconceito racial, um dos agentes principais da violência em nosso dia a dia. Conforme os esclarecimentos de Costa (1982, p.8), destaca-se um dos elementos da violência racista:

O racismo que, através da estigmatização da cor, amputa a dimensão do corpo negro, também perverte o pensamento do sujeito, privando-o da possibilidade de pensar o prazer, e do prazer de funcionar em liberdade. O pensamento do negro é um pensamento sitiado, acuado e acossado pela dor de pressão racista. Como consequência, a dinâmica da organização mental é subvertida (COSTA, 1982, p.8).

### 2.3 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

A discussão das relações étnico-raciais no Brasil é antiga, complexa e polêmica. É uma discussão necessária para a promoção de uma educação igualitária e compromissada com o desenvolvimento do cidadão. Para introduzir os conteúdos das relações étnico-raciais nos processos de interação dos alunos é necessário compreender o processo socializador na escola.

Não se consegue um desenvolvimento exclusivo pela educação formal e nem se entende sendo realizado somente pela família. A escola e a família juntos são responsáveis pela formação do indivíduo. Acompanhar o indivíduo no convívio social e suas relações multiétnicas no espaço escolar, apreender como a criança lida com suas experiências multiétnicas, como pensa e elabora seus conceitos ideológicos é muito importante para contribuir com o processo da superação do

preconceito racial.

Não basta perguntar ao professor como concebe o seu relacionamento com a criança, é necessário observar sua prática profissional no dia a dia, onde surgem os elementos que contribuem para processos de preconceito e discriminação enraizados em nossa cultura.

No âmbito educacional, Cavalleiro (2014, p.10), destaca que crianças de quatro a seis anos já apresentam uma identidade negativa, produto da discriminação que provém de crianças brancas já ensinadas na hierarquização racial, promovendo situações de constrangimento a seus colegas negros. Essas situações muitas vezes são omitidas pelos professores, que optam pelo silêncio, e alguns professores, não estando de acordo, preferem evitar os conflitos. Por outro lado, há professores que concordam com essa situação e até justificam condições discriminativas. A forma de combater é problematizar, levando para a sala de aula diversos elementos que promovam o trabalho das relações étnico-raciais de maneira que as crianças, os professores e funcionários conscientizem-se, valorizem e reconheçam as contribuições da população negra para o enriquecimento da sociedade.

Assim, observar as relações interpessoais no espaço escolar é essencial quando se entende a educação como desenvolvimento da cidadania, na desmistificação das contradições existentes.

A escola e a família representam a possibilidade de transformação do pensamento sobre a realidade social construída sob o mito da democracia racial. É nos processos do cotidiano, na discussão dos problemas e conflitos raciais que se pode promover a transformação das relações raciais na sociedade.

Pode-se observar como o educador brasileiro apresenta dificuldade em perceber os problemas nas relações entre crianças de diferentes grupos étnicos. As crianças em idade escolar já interiorizam atitudes preconceituosas no que se refere à cor da pele, produto de aprendizados anteriores, de preconceitos enraizados surgidas na interação familiar e escolar, e que podem ser captadas em observações realizadas nas práticas de intervenção pedagógica. São várias as ocorrências conflituosas que podem acontecer: a expressão verbal, as práticas não verbais, práticas pedagógicas do professor positivas ou negativas, formas de interação entre as crianças.

Trabalhar esses processos mediante a observação em sala de aula

possibilita conhecer alguns procedimentos das crianças e dos adultos diante da diversidade étnica, possibilitando evidenciar atitude de discriminação e preconceito.

Entrevistar profissionais e alunos no intuito de levantar hipóteses e questionamentos das relações multiétnicas na escola é um recurso que pode promover transformações nas relações étnico-raciais. Os depoimentos possibilitam compreender um pouco mais da socialização das crianças no fator étnico. Assim pode-se ampliar a compreensão do processo de socialização desenvolvida na educação.

## 2.4 A SOCIALIZAÇÃO NA FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE

A socialização dos 0 ao 7 anos é fundamental para o desenvolvimento humano. A educação recebida pela criança é significativa para o desenvolvimento futuro do sujeito social, esta é uma percepção compartilhada por Erickson (*apud* CAVALLEIRO, 2014), entre outros.

Nesta etapa da vida ocorre a primeira socialização do indivíduo e sua ampla introdução no mundo objetivo de uma sociedade (BERGER; LUCKMANN, 1976, p.175). Numa relação dialética homem/sociedade, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto que lhe é apresentado. Interagindo com os outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade e identificará seu grupo social.

Berger e Luckmann (1974) concebem a socialização primária como uma tarefa familiar. Então, segundo eles, a família não somente adota seu novo membro de elementos de representação, mas também pode perpetuar a divisão social das classes. Da família sai possuidor, dominador e etc. A autovalorização e a valorização do outro já estão ideologicamente plantados na semelhanças dos adultos (CAPARRÓS, 1981, p.52, *apud* CAVALLEIRO, 2014).

A socialização permite à criança compreender o mundo por meio de experiências vividas, pois se torna necessário interiorizar as regras afirmadas pela sociedade. Nesse caso a família e a escola são mediadoras, apresentando e significando o mundo social.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), 8.069/91, estabelece:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores; (BRASIL, ECA, 1991, p.14, 31).

A experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança e a leitura de mundo. O que na escola pode representar um conflito, na família é apenas um hábito. Problemas que são vistos na família serão encontrados no ambiente escolar.

Borges Pereira (1987, p.4), afirma:

É de conhecimento comum que a socialização em sociedades complexas, como a brasileira, se dá de forma espontânea e sistemática. A espontânea, como se sabe, apanha o indivíduo ao nascer e o envolve até a morte. As agências corriqueiramente citadas como responsáveis por esse processo socializador confundem-se com os chamados grupos primários em diferentes graus de institucionalização e, às vezes, com distintas metas sociais [...]. A essa relação de grupos são costumeiramente incluídos, também, desde agências tradicionais formadoras de opinião, como por exemplo, a igreja e a imprensa, até os mais persuasivos e modernos mecanismos de comunicação social, como o cinema, o rádio e a tevê, que influenciam e moldam pessoas e grupos sociais atuando tanto em ambientes fechados como em locais públicos. Para usar uma expressão, ao mesmo tempo tipológica e simbólica, tais mecanismos estão presentes tanto na casa como na rua.

A identidade é o mais importante no processo de constituição social do sujeito. Segundo Erickson (1976, *apud* CAVALLEIRO, 2014), se refere a um contínuo sentimento de individualidade, valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo a um meio que o reconhece como ser humano e social. A identidade resulta na percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção de como os outros nos veem, sendo um processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade durante sua existência.

Numa sociedade preconceituosa na qual predomina uma visão negativa do negro e positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização torna-se precária e cheia de estereótipos negativos sobre o negro.

Diante disso, o indivíduo, na nossa cultura, poderá internalizar representações preconceituosas sem se dar conta ou sem ter noção crítica desses conceitos. Essas atitudes podem ser encontradas até mesmo no meio das famílias, quanto mais no espaço escolar. Os valores, crenças e atitudes relacionados à etnia devem passar pelo currículo e pela organização escolar, bem como devem estar presentes nas práticas profissionais.

## 2.5 LEIS, PARECERES, RESOLUÇÕES E PARÂMETROS CURRICULARES

A implementação da Lei nº 10.639/03, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências, marcou um momento extremamente importante no caminho árduo contra o racismo, discriminação e preconceito da população negra no Brasil. Luta que tem uma longa história que se inscreve como fruto de anos de demandas e pressões dos Movimentos Sociais Negros. Já nos anos de 1930 a Frente Negra Brasileira assumiu como uma de suas lutas que a educação considerasse a História da África e dos povos negros, no compromisso de combater todo tipo de discriminação no âmbito escolar. Também na década de 1940 o Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias do Nascimento, postulou as primeiras propostas de ação afirmativa para negros no Brasil. Foi o Movimento Negro Unificado que, ao redor de 1978, colocou a questão da inserção da história da África e do Negro brasileiro nos currículos educativos. Deve-se a esses movimentos e a outros a instituição da obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil.

A Lei nº 10.639/03 foi postulada para modificar a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. A Lei nº 10.639/03 postula textualmente “a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’” e dá outras providências, acrescentando no art. 26-A: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre

História e Cultura Afro-Brasileira”, e no art. 79-B dispõe “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”.

No percurso de consolidar a Lei nº 10.639/03, se dispõe o parecer CNE/CP 03/2004, que reafirma a necessidade de políticas de ações afirmativas que garantam o direito dos alunos negros e negras a todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, em ambiente escolar com infraestrutura adequada. Do parecer 03/2004 surge a resolução que vai instituir as "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana".

As "Diretrizes" têm como intuito atender à Lei nº 10.639/2003, e oferecem uma resposta à necessidade de aprimoramento das políticas universais comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos e todas. Constitui, também, uma resposta à demanda da população afrodescendente para que o Estado assuma políticas de ações afirmativas, isto é, políticas de reparação, reconhecimento e valorização de sua história em acordo com as disposições da Declaração e Plano de Ação de Durban (2001), documentos internacionais de que o Brasil é signatário. Dessa forma, no que diz respeito à educação, formula-se políticas que possibilitem no país avanços na direção de uma mudança no sistema de ensino para a educação das relações étnico-raciais.

Em estudos realizados pela UNESCO sobre a implementação da Lei nº 10.639/03, considera-se que:

As informações disponíveis sobre a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais revelam que, apesar da riqueza de muitas experiências desenvolvidas nos últimos anos, a maioria delas restringe-se à ação isolada de profissionais comprometidos (as) com os princípios da igualdade racial que desenvolvem a experiência a despeito da falta de apoio dos sistemas educacionais. A consequência são projetos descontínuos com pouca articulação com as políticas curriculares de formação de professores e de produção de materiais e livros didáticos sofrendo da falta de condições institucionais e de financiamento (BRASIL, CONTRIBUIÇÕES..., 2008).

Pode-se dizer que essa é uma realidade que permanece, além dos esforços realizados para sua consolidação. A Lei nº 10.639/03 causou e causa inquietações nos profissionais da educação, pois com a obrigatoriedade de sua implementação e cumprimento, promove alterações na grade curricular, impulsionando a formação inicial e continuada dos professores em relação às questões étnico-raciais. O

sucesso da implementação da lei depende necessariamente de mudanças, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada do professor, tendo em vista que o professor é o executor do processo de ensino-aprendizagem e em suas mãos se encontra a ferramenta necessária para novos rumos às questões étnico-raciais no Brasil. É fundamental que as universidades formem professores qualificados para uma educação antirracista e não eurocêntrica. É nesse mesmo espaço escolar que a lei deve atuar na conscientização e sensibilização dos docentes para a desconstrução do mito racial.

Não se pode esquecer que a escola é um espaço de luta dos direitos de cidadania, principalmente para a população afro-brasileira. A obrigatoriedade do trabalho com a cultura dos afrodescendentes e indígenas é extremamente importante para o universo educacional. A escola tem que ter a responsabilidade de trabalhar a cultura africana e, para isso, é preciso saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, além de romper com o mito da democracia racial.

### **3 O LUGAR PESQUISADO**

#### **3.1 DESCRIÇÕES DO MUNICÍPIO DO CAMPO LARGO**

A descoberta e exploração de ouro no Paraná no século XVI promoveram a formação de Campo Largo, com o desenvolvimento da pecuária e também sendo ponto de pouso dos tropeiros com destino a São Paulo. A busca pelo ouro levou os paulistas a avançar desde Paranaguá até o Planalto, onde foi encontrado mais ouro. Os locais de exploração foram sendo povoados, e em Campo Largo foram se instalando homens livres e escravos, negros, brancos e índios no período em que a Mina de Nossa Senhora da Graça do Itambé foi descoberta.

Em 1819, o capitão Antônio da Costa doou parte de sua propriedade na zona, com o compromisso de que quem ficasse trabalhasse e cuidasse das terras. Sua colonização foi fortemente influenciada pelos poloneses e italianos, além de alemães e portugueses, entre as principais correntes. Em consequência, Campo Largo caracteriza-se como um dos municípios da Região de Curitiba que possui grande quantidade de colônias de europeus, como poloneses, italianos e alemães.

No entanto, também, nas décadas do século XVII, Campo Largo teve uma grande quantidade de mão de obra escrava. Em decorrência, ficaram na região as populações de afrodescendentes, instalados depois do loteamento que houve no bairro de Ferraria. Supõe-se que os moradores que residem lá sejam descendentes da população negra que habitou a região.

#### **3.2 A ESCOLA MUNICIPAL DONA FINA, UM ESPAÇO PARA O ESTUDO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS**

A Escola Municipal Dona Fina é uma das escolas municipais da cidade de Campo Largo que tem como função atender alunos de educação Infantil e ensino fundamental. Segundo o Censo de 2012, trata-se de uma escola que tem:

Em infraestrutura:

- Água filtrada
- Água da rede pública
- Energia da rede pública
- Esgoto da rede pública
- Lixo destinado à coleta periódica
- Acesso à Internet
- Banda larga

Em dependências:

- 10 salas de aulas
- Sala de diretoria
- Sala de professores
- Laboratório de informática
- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Quadra de esportes coberta
- Cozinha
- Biblioteca
- Banheiro dentro do prédio
- Sala de secretaria
- Despensa
- Almoxarifado
- Pátio descoberto
- Área verde
- Lavanderia

Em equipamentos:

- DVD
- Copiadora
- Impressora
- Aparelho de som
- Projetor multimídia (datashow)

- Fax
- Câmera fotográfica/filmadora.

### 3.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS NA UNIDADE ESCOLAR PESQUISADA

A Unidade Escolar é subordinada ao município de Campo Largo. Quanto aos funcionários lotados na escola no período da manhã, pode-se listar: na administração escolar: 1 diretor, 2 pedagogas, 1 secretário, 14 professores, 3 merendeiras, 2 inspetoras e 7 pessoas de serviços gerais. No total, são (25) funcionários, lotados na Unidade Escolar.

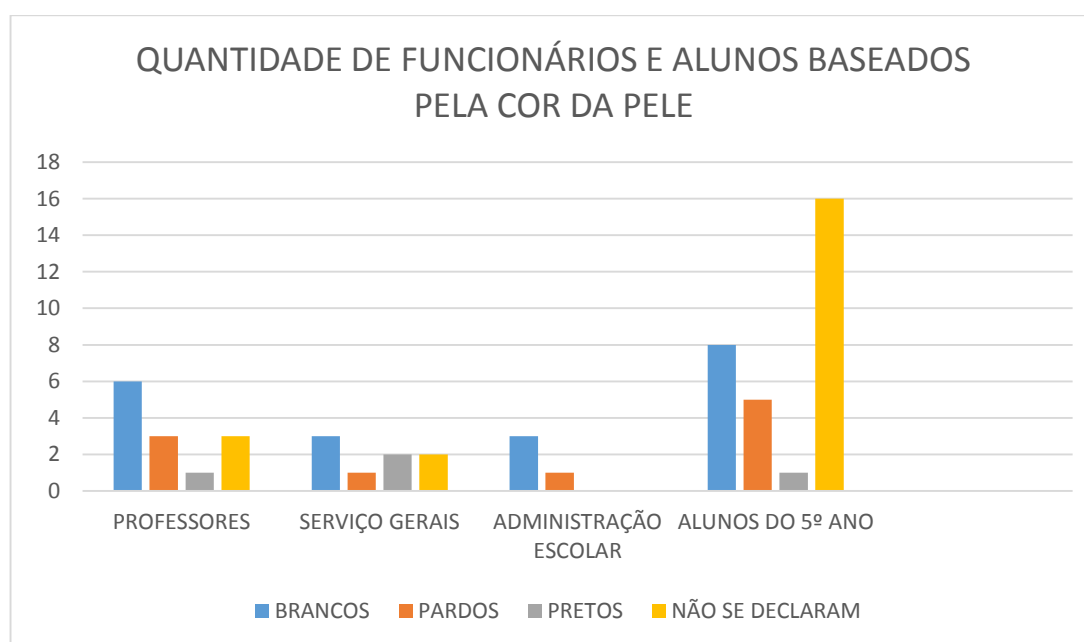


Gráfico 1 – Número de funcionários e de alunos da 5ª Série do período da manhã, conforme cor/raça.

No questionário aplicado à população escolar perguntou-se aos funcionários da Escola e a uma turma de alunos como se autodeclararam em termos de raça ou cor, e as respostas foram as seguintes:

Do total de 13 professores, 6 se declaram brancos, 3 pardos, 1 preto e 3 não se declararam.

O quadro de pessoal de serviços gerais, composto por um total de 8 pessoas, se distribui da seguinte forma: 3 brancos, 1 pardo, 2 pretos e 2 não se declararam.

Na administração geral se declararam 3 brancos e 1 pardo.

Em relação aos alunos, se declararam: 8 brancos, 5 pardos, 1 preto, e 16 não declarados.

Os alunos categorizados pertencem ao 5º ano do período da manhã, num total de 30 alunos. Os demais alunos da escola não foram categorizados. Porém, a partir das observações de grupos de alunos no pátio, pode-se perceber notoriamente que a maioria apresenta características fenotípicas afrodescendentes. Chama-se a atenção para o fato de 16 dos alunos entrevistados não terem declarado sua cor/raça. Considera-se que um fator contribuinte para esse resultado é a dificuldade dos alunos se identificar como pardo ou preto, por terem o tom de pele mais clara, não se reconhecendo como afrodescendente e evitando se autodeclarar como pretos ou pardos.

#### **4 METODOLOGIA DO TRABALHO: PLANEJAMENTO E DESCRIÇÃO**

No primeiro momento, buscando promover um processo de reflexão das relações étnico-raciais, foi realizada uma palestra com a Professora e Especialista em História Lúcia Xavier do Núcleo de Educação de Curitiba, que atua na equipe da diversidade na Secretaria de Educação do Município de Curitiba, formada em História com especialização em Metodologia do Ensino de História. A professora atua na equipe de Educação em Direitos Humanos do município, com a formação de docentes e consultoria para as escolas municipais de Curitiba, nas temáticas de educação em direitos humanos e diversidades, principalmente étnico-raciais (indígenas e negros), de gênero e orientação sexual. Na palestra na escola Municipal Dona Fina em Campo Largo, foi enfatizada a educação das relações étnico-raciais, priorizando os negros na formação da sociedade brasileira.

Com a palestra buscou-se destacar a história e o reconhecimento do povo negro para o Brasil, em suas contribuições, e foram problematizados a discriminação e o preconceito no ambiente escolar.

Prosseguindo, desenvolveu-se pesquisa/entrevista diferenciadas para professores e equipe pedagógica (apêndice 1), e alunos (apêndice 2). O instrumento tinha como intuito constatar ou não a existência do racismo, preconceito e discriminação racial no ambiente escolar.

Com os alunos do 5º ano da manhã foram realizadas diversas atividades para o reconhecimento da diversidade: utilizou-se como recursos música afro-brasileira como rap, samba, entre outras, destacando-se os cantores negros. Promoveu-se atividades diferenciadas sobre a cultura afro-brasileira, organizou-se a turma em grupos pequenos e solicitou-se que cada grupo expusesse seus trabalhos.

Para reconhecer a diversidade do povo brasileiro, foi solicitado a todos os alunos envolvidos que recortassem pessoas que lhe representassem, seja na questão de cor de pele ou até mesmo que achasse parecido consigo, ou ainda pessoa de diferentes etnias e colassem num cartaz com o contorno do mapa do Brasil.

Houve uma reflexão de cada grupo sobre a cor da pele, cabelos, olhos, altura e estética. Foram solicitados aos alunos organizados em grupos painéis e representações através de desenhos.

Realizou-se na sequência uma atividade de colcha de retalhos, com papel sulfite e guache. Instruía-se para misturar as cores rosa, branca e preta para chegar ao tom mais próximo da cor da sua pele. Após, devia-se juntar os sulfites “costurando a colcha”, no papel bobina. Enfim finalizar todos trabalhos, expondo-os em mural na escola.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS DOS PROFESSORES E ALUNOS

### 5.1 OS PROFESSORES E A EQUIPE PEDAGÓGICA

Em relação às entrevistas realizadas com os professores, a maior parte dos entrevistados declara que não tem preconceito quanto à questão racial. Ainda, alguns professores foram além da pergunta, alguns depoimentos foram:

“Sim, acredito que todos têm um preconceito determinado de ação e pensamento” (professora M);

“Eu me esforço pra não ser preconceituosa” (professora E);

“Em determinados momentos e situações acabo sendo preconceituosa, sim, não demonstrando para os outros, mas sabendo que meus pensamentos foram, sim, preconceituosos” (professora A).

Essas respostas mostram que existe alguma consciência de que há preconceito e que este deve ser trabalhado; reconhece-se que em determinados momentos se é preconceituoso, o que fundamenta a necessidade de trabalhar as relações raciais. No entanto, embora se reconheça o preconceito, evidencia-se que faltam subsídios teórico-metodológicos para que estes sejam superados no âmbito educativo-pedagógico. Isso se demonstra na resposta a outra pergunta que se refere às leis relacionadas às questões étnico-raciais, quando fica evidente o vazio na formação.

Em relação à pergunta sobre o conhecimento das leis relacionadas às questões étnico-raciais, só uma das professoras citou as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, demonstrando algum conhecimento. Sobre os cursos de formação em como trabalhar sobre as leis no ambiente escolar, os professores relataram que não sabem desses cursos, não tiveram formação, não conhecem muito das leis.

A maioria das professoras entrevistadas declarou adquirir os subsídios que utiliza para lidar com questões étnico-raciais diretamente da internet. Cabe destacar que existe algum interesse e um avanço no reconhecimento do preconceito, mas é necessário promover a formação para o trabalho com as questões étnico-raciais.

Sobre ter sofrido algum tipo de preconceito, alguns professores referiram-se ao preconceito religioso, contra o imigrante e à falta de domínio da língua por estar

em outro país. Também se falou de preconceito relacionado à obesidade, de preconceitos que surgem nas diferenças culturais, por ser de outra etnia, mas ninguém se referiu ao preconceito racial. Isso leva a pensar que, ao se tratar de uma maioria de professores brancos, se carece da experiência pessoal do sofrimento que ocasiona o preconceito racial, o que de certa maneira situa as questões raciais de forma hierárquica e distante no local da escola. Essa realidade é afirmada nos professores por tratar-se de pessoas situadas no contexto de uma sociedade imbuída na ideologia da democracia racial que apela a não reconhecer o racismo, a evitar falar disso, como se falar de racismo fosse promover conflitos, o que deixa as situações difíceis sem resolver. Agem como se a solução fosse deixar passar, esquecer, ignorar.

Na pergunta sobre o que pensam quanto ao preconceito racial na escola, as respostas de todos situaram-se no reconhecimento da existência do preconceito racial no espaço escolar. Em algumas respostas foram feitas considerações sobre discriminação de professor para aluno com comentários e piadas camufladas. Também foi considerado que aluno discrimina aluno e que fora do espaço escolar existe discriminação racial mais velada.

Nenhum professor tem a intenção de reforçar o preconceito ou a discriminação contra os negros e afrodescendentes, mas dependendo da forma como ele transmite os conteúdos ou do tipo de livro didático adotado ou até mesmo da forma com que o professor lida com certas situações surgidas em sala de aula e no ambiente escolar, se reconhece que pode-se ter manifestações preconceituosas, o que leva a reforçar a necessidade de formação de maneira a eliminar essas manifestações de preconceito e discriminação racial no espaço escolar.

Quando perguntou-se se existe diferença na aprendizagem de alunos negros em relação aos alunos brancos, a resposta mais recorrente foi “não”, e alguns argumentos foram:

“A aprendizagem depende da capacidade de aprender de cada um, o que envolve outros aspectos, não a cor da pele” (professora A);

“Já tive alunos negros que superavam alunos brancos na aprendizagem” (professora E);

“Todos possuem o mesmo potencial para a aprendizagem” (professora M);

“O que conta é o empenho e a dedicação” (professor J).

Os demais professores se limitaram à resposta “não” ou não souberam responder.

Cabe pensar que alguns professores tenham avançado na superação do preconceito racial, mas ainda há professores que preferem não se manifestar, o que permite inferir a possibilidade de existir preconceito enraizado nas crenças racistas, mas não se expressam para não se situarem inadequados ao que está sendo reforçado como educação para as relações étnico-raciais.

Sobre a questão de como a equipe pedagógica reage ou reagiria a uma situação de preconceito racial na escola, algumas respostas foram:

“Reconstruir no aluno uma nova forma de pensar sobre o outro” (professora C);

“Com conversa e esclarecimento” (professora A);

“Levar o aluno preconceituoso a raciocinar sobre as suas atitudes, mostrar que somos todos iguais, aquilo que não queremos que façam conosco não devemos fazer aos outros” (professora A);

“Com muita indignação” (professora L).

As professoras não se referiram a exemplos específicos do cotidiano escolar e algumas não quiseram responder, o que também leva a pensar na expressão do silêncio como um desconhecimento de procedimentos adequados ou também de atitudes preconceituosas veladas.

Em relação à pergunta sobre como as questões étnico-raciais poderiam estar em evidência no planejamento e no dia a dia escolar, as respostas foram:

“Maior conhecimento das questões” (professora M);

“Reuniões e debates” (professora J);

“Ética e moral” (professora C);

“É preciso intervir junto aos alunos quando necessário, também trabalhar o assunto em sala de aula, para que possam proporcionar relacionamentos saudáveis e respeitosos” (professora E).

É possível verificar-se, pela maioria das respostas, a existência de conflitos no dia a dia da escola, e é necessário refletir-se sobre isso. Os professores interessados reconhecem a necessidade de algumas medidas e procedimentos. Estas colocações reafirmam que na realidade escolar os alunos negros sofrem preconceitos e que é necessário olhar para essas práticas, posto que atos

discriminatórios e preconceituosos são acontecimentos contínuos no dia a dia escolar.

## 5.2 OS ALUNOS

Quanto às entrevistas realizadas com os alunos, na autodeclaração solicitada a respeito da raça/cor, a maior parte deles (16 alunos dos 30) optou por não se definir. Considerando que a maioria tem fenótipo que indica sua ascendência afrodescendente, pode-se inferir que em alguns casos isso pode indicar a relutância por parte de alguns alunos em se declarar pretos ou pardos. Pode-se compreender isso como uma desvalorização do que se é, na influência da valorização de uma monocultura europeia, e também como o desejo de não ser desconsiderado com preconceitos ou discriminações.

Na pergunta sobre ser preconceituoso, os alunos responderam “não”, mas nas respostas de todos foi possível analisar o reconhecimento da existência do preconceito racial no ambiente escolar, o que se manifesta em como ele (o aluno) é tratado ou/e ignorado.

Quando perguntados o que é ser preconceituoso, obteve-se respostas diversas como: “é ser burro”, “alguém ignorante”, “não gostar de pessoas por ser preto”, “não gostar de alguém pela cor de sua pele”, “é julgar pela aparência”, “xingar os outros de macaco por causa da cor da pele”, “aquele que não aceita a diferença”, “fazer bullying com alguém”, e outras respostas semelhantes, o que indica que os alunos relacionam preconceito com situações constrangedoras, humilhação, falta de respeito. Isso leva a pensar que o trabalho contra o preconceito e discriminação seria bem recebido pelos alunos que têm clareza sobre o sofrimento que isso provoca.

Sobre ter sofrido algum tipo de discriminação racial devido à sua cor, somente um aluno declarado preto e dois alunos declarados como pardos responderam ter sofrido preconceito racial, os demais negaram a existência do preconceito por parte da sua cor da pele. A aluna negra ressaltou ter sido chamada de “neguinha carvão”, já os alunos pardos disseram ter ouvido: “nossa como vocês negros têm cabelo ruim, que precisa alisar”, “nossa neguinho você é fedido!”. Pode-se constatar com

muita preocupação que a afirmação da negritude se faz pelo xingamento, o insulto, a falta de respeito e não pelas contribuições da população negra para o país, o que torna mais urgente ainda que a escola assuma suas responsabilidades em torno da Lei nº 10.639 e inclua nas diversas temáticas a riqueza da cultura negra afro-brasileira e africana.

Não se pode esquecer que o que os alunos que discriminaram seus colegas pensam sobre o negro provém de algum lugar, a família ou da escola? Cabe à escola assumir um papel mais efetivo no combate à discriminação racial.

### 5.2.1 Análise das atividades desenvolvidas com o 5º ano

Em relação às atividades desenvolvidas, percebeu-se que, apesar de existir uma confusão entre o que se considerava discriminação racial, racismo e injúria racial, ficou evidente que, ao distinguir os significados de algumas palavras, alguns alunos perceberam ter já sofrido algum tipo de preconceito racial. Essa situação foi observada até mesmo por alunos que se autodeclararam brancos, ficando evidente a dificuldade de alguns alunos em reconhecerem-se como negros.

Foi notória a satisfação dos alunos ao entrar em contato com informações que mostraram seus direitos como cidadãos negros que têm que ser respeitados pela sociedade, o que foi trabalhado no art. 140, parágrafo 3º do Código Penal, onde se define que Racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão.

Alguns alunos, nesse momento, mostraram grande interesse e ficaram em total silêncio e muito surpreendidos ao escutar que qualquer pessoa que ofenda alguém por sua cor de pele pode ser enquadrada pelo Código Penal pelo crime de racismo. “Ser negro não é crime, não é professora?”, indagou um aluno negro.

Na reflexão sobre o tom da cor da pele de cada um, solicitou-se aos alunos que buscassem representar fielmente a cor da sua pele para a elaboração de uma colcha de retalhos, o que fizeram fazendo comentários: “acho que esse tom está muito claro pra cor da sua pele”, observação feita a um aluno pardo que se autodeclarou branco. Vários alunos retomavam mais cor em sua atividade para dar um tom mais próximo à sua cor. Ao costurar a colcha de retalhos (com fita crepe),

houve o cuidado por parte dos alunos em misturar as folhas de tons diferentes, formando uma linda mistura de cores e tons.

Pode-se perceber que este trabalho repercutiu positivamente nas crianças, trazendo para elas um melhor manejo das relações étnico-raciais e possibilitando a construção de uma autoimagem consolidada em suas raízes negras. Atualmente a escola procura desenvolver um trabalho em prol do reconhecimento da cultura negra africana, investindo em conteúdos e estratégias diversificadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste trabalho possibilitou que a comunidade da escola se aproximasse do necessário debate das relações étnico-raciais, o que leva a postular que não se pode dizer que o objetivo deste trabalho, que tinha como intuito refletir, analisar e promover mudanças nas relações étnico-raciais na escola Municipal Dona Fina do bairro de Ferraria da rede Municipal de Campo Largo, tenha se concretizado totalmente. Porém, é possível afirmar-se que se abriram espaços que iniciam um processo de reconhecimento e valorização da cultura de afrodescendentes, pois hoje há professores que se preocupam com as questões raciais e a condição dos alunos afrodescendentes e há alunos se autoafirmando em suas identidades mediante atividades programadas com esse objetivo.

No momento atual isso está se efetivando na implementação de diversas atividades em alguns dos níveis do âmbito escolar, promovendo a inclusão e o respeito pelas contribuições das raízes negras em sua literatura, história e cultura de forma geral. Incluíram-se materiais pedagógicos que estão trabalhando os conteúdos relacionados com a educação das relações étnico-raciais, o que vem ao encontro dos objetivos deste trabalho e também se coaduna com a Lei nº 10.639, promulgada para a superação da discriminação racial e a valorização da cultura afro-brasileira e africana.

É gratificante perceber a disposição dos colegas em acolher e participar deste trabalho. No entanto, ainda existem obstáculos que precisam ser removidos para consolidar alguns conceitos que precisam ser reconhecidos e conhecidos e avançar nos procedimentos que possibilitem uma melhor mediação nos conflitos raciais.

Na escola, a maioria dos alunos é afrodescendente, o que leva a uma imperiosa necessidade de trabalhar e cultivar o âmbito de uma identidade negra, elevando a autoestima destes educandos e contribuindo para a valorização da cultura afro-brasileira.

Considera-se que tanto a palestra proferida pela professora Lúcia Xavier do Núcleo de Educação de Curitiba, como as entrevistas aplicadas e as atividades realizadas promoveram a reflexão e o debate, e também caminharam para a consolidação de novas práticas.

É muito importante, como afirma Munanga (2008), a devolução da memória,

que não é apenas importante para os alunos de ascendência africana, mas também para os outros alunos, os brancos, considerando que todos têm o direito de conhecer como foi se construindo sua sociedade, seu país. E é por meio da educação que se pode alcançar os caminhos da apropriação da história, da cultura e de todo o acervo que é transmitido pelos ancestrais.

## REFERÊNCIAS

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

BORGES, Edson, *et al.* **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BORGES PEREIRA, J. A criança negra: identidade étnica e socialização. *In: Cadernos de Pesquisa*. N.63, p.41-5, São Paulo: 1987.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288/10 de 20 de Julho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/L12288.htm)>. Acesso em 19 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Dados históricos de Campo Largo**. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410420&search=parana|campo-largo|infograficos:-historico>> Acesso em: 27 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** Vol 10.1. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em 20 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em 20 Set. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003.** Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dpcgalei10639.pdf> [http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dp\\_cga\\_lei10639.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dp_cga_lei10639.pdf). Acesso em: 20 set. 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. *In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.* Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

COSTA, Jurandir. Freire. **Violência e psicanálise.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DICIONÁRIO do Aurélio. Versão online. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/racismo>. Acesso em: 22 ago. 2015.

ERICKSON, E.H. **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESCOLA Dona Fina. Disponível em: <http://www.escol.as/228092-fina-e-m-dona-ei-ef>. Acesso em: 24 ago. 2015.

FONSECA, José Dagoberto. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Jerusa Vieira. **Socialização**: um problema de mediação? *Psicol. USP*, v.1, n.1, São Paulo: jun. 1990.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. N.15. Set/out/nov/dez 2000.

GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. **Tia, qual é o meu desempenho?** Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros. (Coleção Educação e Relações Raciais), v.7. Cuiabá: EdUFMT, 2007. Dissertação de mestrado-Cuiabá: UFMT, 2006.

JACCOUD, Luciana Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

JACCOUD, Luciana Barros. O combate ao racismo e a desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição*. 2008.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por que ensinar a África na escola brasileira**. Conferência proferida no teatro da Casa do Saber de Camaçari, na ocasião da comemoração do dia da África, 2008.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EdUSP, 1998.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei. A geração 80: um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos. *In:*

SOARES *et al.* **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras.** (Orgs.). IPEA; Ford Foundation, 2005.

PINTO, R.P. **Movimento negro e educação do negro:** a ênfase na identidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1993.

SEQUÊNCIA didática do livro *As tranças de Bintou*. Disponível em: <<http://macaraninopnaic.blogspot.com.br/2013/09/sequencia-didatica-do-livro-as-trancas.html>>. Acesso em: 30 ago.2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I

#### PERGUNTAS PARA OS PROFESSORES E EQUIPE PEDAGÓGICA

1) Você se autodeclara como:

( ) Preto ( ) Branco ( ) Pardo ( ) Amarelo

2) Você já sofreu algum tipo de discriminação racial devido à sua cor? Se sim, como foi?

3) Você acredita que neste espaço escolar existe preconceito racial por parte dos alunos? E por parte dos professores? Por que?

4) É mais comum esse tipo de preconceito acontecer fora ou dentro do espaço escolar? Por que?

5) Você acredita que exista diferença na aprendizagem de alunos negros em relação aos alunos branco? Justifique.

6) Como você acha que a equipe pedagógica reagiria a uma situação de preconceito racial na escola? Cite um exemplo.

7) Você conhece alguma lei sobre preconceito e discriminação racial?

8) Você já recebeu algum curso ou formação sobre as leis ou sobre como trabalhar essa questão no ambiente escolar?

9) O que é necessário fazer para que estas questões estejam mais em evidência no planejamento e no dia a dia escolar?

10) Você é preconceituoso?

## APÊNDICE II

### PERGUNTAS PARA OS ALUNOS

1) Você se autodeclara como:

Preto  Branco  Pardo  Amarelo

2) Você é preconceituoso?

3) Você já sofreu algum tipo de discriminação racial devido à sua cor? Se sim, como foi?

## APÊNDICE III

### PALAVRAS TRABALHADAS COM A TURMA DO 5º ANO

Fonte: Dicionário Aurélio Online.

**O que é discriminação racial ou étnico-racial?** Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condições) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

**O que é racismo?** É uma atitude que ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais. O racismo surge como mecanismo de uma pessoa ou grupo racial, que se considera superior, para justificar a dominação de uns sobre outros com a finalidade de satisfazer interesses de um indivíduo ou grupo de forma a hierarquizar a relação entre as pessoas.

**Quais os tipos de discriminação?** Há diversas formas de racismo, mas pode-se citar três como básicas:

- Racismo pessoal ou individual. Ocorre quando uma pessoa se crê superior a outra em função de sua raça.

- Racismo institucional. Diz respeito às instituições, estados e ou governos que entendem que um determinado grupo racial deve ter preferência em relação a outros grupos em matéria de acesso aos benefícios gerados. Esse racismo se manifesta por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no trabalho cotidiano.

- Racismo cultural. Ocorre quando um determinado grupo racial entende que sua herança cultural se sobrepõe em importância à de outros grupos.

- **Racismo e injúria racial, como diferenciar.** A diferença entre os dois tipos penais é que o crime de injúria racial é afiançável e o crime de racismo é

inafiançável e de ação penal pública incondicionada. A injúria racial está prevista no art. 140, parágrafo 3º do Código Penal, e tem por objetivo atingir o decoro, a honra subjetiva da pessoa. A honra subjetiva corresponde àquilo que alguém pensa sobre si mesmo, e se a honra for atingida por várias expressões, unicamente de cunho racista, aí se está diante do crime de injúria racial. Racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão. **DF** art.5º XLII e XLII.

**O que é crime de racismo?** É uma atitude que ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais.

**O que é crime de injúria racial?** É um crime formal que tem por objetivo atingir o decoro, a honra subjetiva da pessoa. Isto é, corresponde àquilo que alguém pensa sobre si mesmo.

**Onde pode ocorrer a discriminação racial?** É comum a prática racista camuflar-se em experiências cotidianas ou formas ofensivas de brincadeira. Normalmente o racista não admite seu preconceito, mas mesmo assim age de maneira discriminatória. Estando ou não evidente, a vítima tem o direito de denunciar qualquer forma de ultraje, constrangimento e humilhação.

## APÊNDICE IV

### IMAGENS DO CURSO REALIZADO

